
1 – SOBRE A FRONTEIRA

[...] a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade [...]. É na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem [...]. É lá que melhor se vê quais são as concepções que asseguram esses processos e lhe dão sentido [...]. É na fronteira que encontramos o humano no seu limite histórico. (MARTINS, José de Souza, 1997, p. 12-13)

1.1 – Sob o signo da fronteira

Nesta parte objetivamos tecer considerações sobre os processos que promoveram as dinâmicas atuais da fronteira acreana. Então, consideramos que na atualidade há uma sobreposição e interpenetração das diversas fases de articulação socioespacial do território acreano que o colocara, ora como periferia do processo de industrialização dos países estrangeiros, cabendo-lhe o papel fundamental de fornecedor de matéria-prima, ora sendo incorporado à rearticulação territorial do capitalismo no Brasil, desempenhado a condição de espaço para a especulação fundiária e, mais recentemente, como espaço que incorpora no seu processo produtivo condições objetivas para experimento de novos paradigmas de desenvolvimento global que localmente está em curso. Na prática, isto se refere às *rugosidades*¹ da frente pioneira extrativista, sobreposta pela expansão da frente pioneira agropecuária, que no contexto atual estão envolvidas no processo de adoção do projeto “desenvolvimento sustentável”. Há uma revalorização do sentido técnico e ecológico da produção agroextrativa que também se coloca como linhas divisoras no processo de produção do espaço regional.

Então, o significado da fronteira, na atualidade, passará por pensá-lo sob as condições de matrizes tecnológicas e como isto se respalda no âmbito social das lutas de sujeitos sociais locais em busca de traçar caminhos próprios. *Ser* fronteira se expressa socialmente, como manifestação da luta de classes, mas numa condição de sujeitos sociais que buscam firmar os domínios que lhes são próprios; é nisto que adquire tal condição de ter seu domínio perante o que é do outro. Então, neste aspecto, a condição de alteridade se manifesta socioespacial, tendo nesta região da Amazônia brasileira o *locus* privilegiado na reprodução do espaço, perante as questões de luta por outro projeto de desenvolvimento na atualidade.

¹ - No sentido que é tratado por Santos (1996; 2002), como permanências do passado que se depara na construção do espaço presente.

Sob tal condição, a fronteira é uma premissa da produção do espaço em que o humano e econômico se localizam em suas condições próprias locais. Ao se localizar no que lhe é seu, se vê irredutivelmente ligado a um domínio que é do outro (JOLIF, 1970). Então podemos entender a dimensão das lutas e movimentos sociais locais gerando alternativas de desenvolvimento, mas que no confronto do local com o global se deparam com projetos mundializados que tende a lhe sobrepor. Daí, o sentido da luta pode ser desvirtuado, já que a condição de ser diferente é a condição de classe social, expresso em projetos sociais, o que no âmbito global nem sempre tais particularidades são consideradas.

Partindo desta compreensão, iniciaremos o estabelecimento de recorte espacial e temporal, em que o conceito de fronteira, na sua dinâmica, nos permite a primeira aproximação com a dimensão da questão a estudada.

A questão da fronteira amazônica, ainda no limiar do século XXI, coloca-se como um dos principais problemas agrários do Brasil. Esta não deve ser tratada mais como um processo de mobilidade de capital e trabalho, como ocorreram nas últimas décadas do século XX, mas como um processo integral de rearticulação interna do território e sua colocação no plano nacional e mundial. Assim, no Acre, a fronteira se mostra como produto de rearranjos das forças sociais e econômicas, no plano interno do território estadual e áreas circunvizinhas. De certa forma, tais processos materializam-se como resposta ao que ocorreu no conjunto da formação da frente pioneira agropecuária nas três últimas décadas do século vinte, e de sua inserção e cooptação no circuito mundial da globalização, via mecanismos de explorações e controles de recursos humanos e naturais; e a Amazônia é uma região estratégica pelo que representa em potencial de recursos na atualidade, mas também pelo que poderá oferecer no futuro. Nesta conjuntura, a região acreana coloca-se com grande potencial a ser aproveitado: recursos naturais (vegetais, animais e minerais) e força-de-trabalho potencial disponibilizada (embora, marginalizada no conjunto de seu aproveitamento).

A visão desenvolvimentista desencadeada pela fronteira econômica pós-1960 dava à região uma perspectiva de realização imediata do capital investido. Já no momento atual a revalorização da natureza traz para a ordem do dia a questão do grande potencial de capital de realização futura que se contrapõem ao mais reduzido potencial do capital de realização presente, isto é, de imediato. Neste sentido, duas questões se colocam como problemas a serem compreendidos: De que fronteira podemos falar hoje? Porque tal recorte espaço/temporal é premente à compreensão da questão, proposta nesta pesquisa?

Vejamos, no âmbito das políticas desenvolvimentistas implantadas no Brasil pós II Guerra Mundial, entendemos que a Amazônia em geral foi colocada como uma área de

potencial de grande significância geopolítica para a modernização econômica do país. A região forneceria assim áreas com potenciais de ampliação de terras agricultáveis; disponíveis para transferência de populações expulsas de suas condições de vida pelas transformações ocorridas noutras regiões (sobretudo, ambiente agrário do Centro-Sul); com potenciais à exploração mineral; à atuação de investidores/especuladores fundiários; e ao “refúgio” da produção camponesa expropriada de outras regiões. Em todas as situações referidas, colocava-se a região como receptáculo para “o produto” dos conflitos gerados externos; mas, ao mesmo tempo, reproduzia, de forma ampliada, novas dimensões aos conflitos socioambientais e socioculturais locais.

A fronteira amazônica era e é vista como linha de integração econômica em que espaços articulados avançam sobre áreas com potenciais a serem incorporadas (como para BOWMAN *apud* BUTLAND, 1966). Nisso, seu processo histórico seria integrante da ocupação do território brasileiro, como parte da constante interiorização do povoamento, ao longo dos últimos cinco séculos. Todavia, essa dimensão da fronteira, no âmbito da ocupação e produção do espaço nacional, tem sido mais utilizada pelos geógrafos e economistas numa visão tradicional. A fronteira é vista e tratada sob base organicista, isto é, como se fosse “um organismo” que tem vida própria; portanto, seu movimento é um fator natural e não social. Com esta visão foram traçadas as políticas oficiais para a Amazônia nas últimas décadas do século XX (MACHADO, 1992), no âmbito das políticas de integração nacional dos governos ditadores. Isto implicava numa total desconsideração dos problemas e conflitos sociais existentes e inerentes ao processo em geral.

1.2 – Um conceito em questão

Quais as possíveis vias de tratamento da questão da fronteira? Vemos que tudo passa por vê-la como signo do processo de formação socioespacial da Amazônia, sobretudo na região acreana. Tal importância nos induz a examinar o ponto de vista de três estudiosos que entendemos serem imprescindíveis para a compreensão, desta situação na atualidade: **Silva** (1982); **Becker** (1997) e **Martins** (1997).

O economista José Graziano da **Silva** (1982) refere fronteira no âmbito do avanço e domínio que o capitalista impõem ao controlar os meios de produção fundamentais (terra e recursos naturais), ou seja, como se dá a apropriação privada desses. No caso da Amazônia-acreana, referir-se-ia fundamentalmente à propriedade fundiária das terras dos antigos seringais. Daí, para o autor, quando a propriedade fundiária estiver totalmente sobre o controle privado, a fronteira estaria se fechando. Isto teria acontecido já no início da década

de 1980. Mas ficava a questão, na verdade, no Acre e áreas circunvizinhas, ao se constituir os seringais no século XIX, e serem reconhecidos como propriedade (de direito ao seringalista) no processo da incorporação acreana pelo Brasil, a partir de 1903, toda a região já estava tomada pela propriedade privada da terra. Então, a fronteira não se fecha ou se esgota pelo controle privado da propriedade fundiária!

A geógrafa Bertha K. **Becker** (1996; 1997) se refere à Amazônia, no contexto geopolítico da rearticulação do território brasileiro pós-1950, como sendo uma “fronteira de novas oportunidades”. Visto dessa forma, a fronteira é produto da rearticulação do espaço nacional na nova divisão mundial do trabalho e da produção. Então, é espaço que se produz com capacidade sistêmica de gerar dinâmicas produtivas que conduzam a região ao circuito do mercado mundial, via maior integração ao espaço de produção e circulação nacional. Por outro lado, a fronteira é também, geradora de conflitos e edificadora de nova ordem na territorialização do capital, sob consolidação de novos espaços para a localização da produção na mobilidade e especialização do trabalho, no território nacional, sobretudo amazônico. Então, a fronteira é receptáculo de medidas inovadoras que amenizam conflitos gerados, numa relação “centro (Sudeste) – periferia (Amazônia)”. O poder público e suas instituições são instâncias gestoras dos choques de interesse no sistema.

O sociólogo José de Souza **Martins** (1997) vê a fronteira no sentido sociológico de *locus* de possíveis realizações do encontro do “novo”. O “novo” como construção de dinâmicas capazes de introduzirem novas formas, novas estruturas, novas situações com repercussões nestes territórios em sua formação socioespacial. Nisto, o que havia de mais relevantes seriam as situações dos conflitos gerados. O “novo” é então edificado sobre a luta do “velho” que resiste, mas incorpora outras dimensões na construção de seu *dever*, como condições reais reveladas em possibilidades. Assim, a fronteira é *locus* do exercício da alteridade. Então, esta não mais se resume a ser geográfica ou econômica; ela é fronteira de civilização, do espacial, do cultural, de visões de mundo, de etnias, da história e historicidade do homem e, em especial, fronteira do humano. Nisto, a territorialização da fronteira se dá nas inter-relações que se estabelecem entre suas diversas dimensões colocando-se como “fronteira de muitas e diferente coisas”. Apenas deixará de existir quando a alteridade individual (de pessoas ou grupos) ceder lugar à alteridade coletiva.

Partindo destas teses, entendemos que a fronteira consolida o *locus* de produção de novas formações socioespaciais como possibilidades múltiplas. Os agentes sociais e econômicos que a produzem são os motores de suas dinâmicas que se realizam por realidades de confrontos de sujeitos que são diferentes porque diferentemente foram

produzidos, ou seja, é a luta de classes no conjunto do confronto capital e trabalho, que no limite do econômico e do social que está acontecendo. Por isto, realmente, a fronteira amazônica é “incompleta” e “inacabada” (DICKENSON, 1989)

Neste sentido, a Amazônia se coloca como fronteira de possibilidades. Entendemos como fronteira de possibilidades a dimensão de que a realidade é produzida constantemente pelo “tornar possível” aquilo que seria “impossível noutra circunstância”, isto é o *Real Possível* (SANTOS, 2002). Isto, claramente numa relação de construção de “novas realidades”, em que estas contenham em si o “novo” e, na negação do “velho”, reabsorva-o em sua conformação atual². É aí que se cria e recria a fronteira espacialmente. As lutas e conflitos de classes acirram e são geradoras de novos patamares na sua construção socioespacial. Então, as dinâmicas que se introduzem atuam como campo de possibilidades, como *locus* do *devir* de sujeitos sociais e econômicos que se confrontam e se localizam territorialmente em possibilidades: de investimentos; de ações inovadoras capazes de produzir novas realidades; de acesso ao meio de produção de que foram expulsas noutras circunstâncias; de refazerem seus espaços de vidas; de terem esperanças.

Esta fronteira se consuma como dimensão de espaço do exercício de alteridades. Aí, sujeitos sociais que mesmo participando estruturalmente de uma classe social idêntica (refiro-me aos camponeses), colocam-se conflituosamente diferente na produção do espaço agrário na Amazônia-acreana. Daí a não identificação entre os camponeses migrantes centros-sulistas que chegaram e os camponeses florestais amazônicos-acreanos, ser um aspecto ainda notado na região. Esta dimensão se explica, pois a presença desses camponeses de outras regiões representa também uma negação da realidade camponesa local; então tais práticas sociais enraizadas na realidade amazônica se vêem ameaçadas. Onde se territorializou a produção do camponês migrante, em geral, criou-se a possibilidade de expulsão para os trabalhadores locais. Nisto, os conflitos e lutas de resistências se dão também em meios a esses sujeitos sociais – seringueiros e colonos migrantes, e não apenas entre seringueiros e fazendeiros.

² - Aqui esclarecer a distinção entre “*possibilidade e realidade*” pode nos ajudar a compreender melhor esta situação. Santos (2002, p. 123), recorrendo a Meliujin, explica que “a *possibilidade* representa uma tendência real, oculta nos objetos e fenômenos, que caracteriza as diversas direções no desenvolvimento do sistema. Já a realidade é tudo o que existe objetivamente como possibilidade realizada”. Assim, para que a “possibilidade se transforme em realidade precisa-se de dois fatores na natureza: primeiro, a ação de leis objetivas, e segundo, a criação de condições propícias”. Então o mundo se dá como latência, como um conjunto de possibilidades que ficam por aí, vagando, até que, chamadas a se realizar, transformam-se em extenso, isto é, em qualidades e quantidades. Tais essências seriam, então, o Real Possível, possibilidades reais, e não ideais. Esse Real se dá como configuração viável da natureza e do espírito, em um dado momento: uma técnica nova ainda não historicizada, uma nova ação apenas pensada”.

Aí reside o sentido de tratar da questão a partir da fronteira como *locus* da alteridade de grupos sociais. Tal condição se manifesta em lutas que frutificam pela distinção de sujeitos sociais, que no contexto da produção socioespacial constituem como partes do campesinato brasileiro. A alteridade, então, vemo-la significando a forma que alguém se coloca perante o que pertence ao outro, e qualificando-se através de relação de oposição, de diferença e distinção entre duas entidades sociais (p.e., camponeses migrantes – colonos por um lado, e camponeses florestais – seringueiros por outro).

1.3 – Concreticidade do conteúdo significado.

A fronteira em si são processos sociais, econômicos e culturais; estes se apresentam sob condições passíveis de tratamento político. Ao espacializarem ganham dimensões que lhes dão horizontalidade de abrangência, tornando-a um processo essencialmente geográfico. Nisto, podemos dizer que tais processos no âmbito da produção do espaço existem, mostrando-se apreensível quando em nossa investigação intercruzamos a “linha do tempo” com a “linha do espaço”. Assim, a apreensão da dinâmica da fronteira se revela como o objeto de compreensão espaço-temporal manifestado territorialmente.

Portanto, sob a ótica que o problema agrário se apresenta, a fronteira amazônica-acreana não se fecha. Diminuem-se os fluxos migratórios externos, mas há um processo de rearranjos espaciais (econômico, demográficos, socioculturais e eco-ambientais) que permanecem em curso ao longo das últimas décadas até os dias de hoje. Isto significa que ao se “esgotar” numa fase, ela abre-se em novas dimensões de rearticulações que lhe dão as dinâmicas horizontais, ou seja, da territorialização de processos em curso, como da luta pela terra e para criarem formas de permanecer nela, quando já conquistada e acessado. Isto apenas nos mostra que ainda há possibilidades de articulação daquilo que é distinto constituir em algo novo, em nova dinâmica de produção social do espaço³.

O fechamento total implicado só aconteceria com a supressão das lutas sociais, ou melhor, socioculturais, numa lógica de superação das condições de *ser* e *ter* alteridade numa sociedade norteadas pela desigualdade como a que vivemos. Isto significaria um processo gradativo de superação do próprio modo capitalista de produção. O que temos visto é a reconstrução de uma alteridade camponesa com novas dimensões nos conflitos internos. Então, as forças que se fecham pelo domínio privado da terra, são confrontadas nas

³ - Aqui podemos ver a fronteira, como algo que se revela em dupla identidade que “[...] é ao mesmo tempo distinção e pertencimento. [...] é a mesmo tempo abertura e fechamento. [...] Ela é o lugar da dissociação e da associação, da separação e da articulação”, como explica **Morin** (2003, p. 252).

lutas dos camponeses por maiores espaços de autonomia e auto-sustentação, quando querem a terra para ficar nela e viver dela. Há confrontos, porém não rompimento com as direções da reprodução ampliada imposta pelas forças vigentes. Portanto, são estes os pontos que nos dão condições de termos a produção de novas dinâmicas na fronteira, ainda como ponto de partida para nossas reflexões, na *luta na terra* através das organizações coletivas e comunitárias.

Por outro lado, este recorte espaço/temporal é premente, pois foi no contexto de rearticulação da fronteira agropecuária amazônica-acreana em que se produziram os conflitos, as lutas e a organização dos movimentos sociais de resistência. Aí também originaram as organizações coletivas camponesas e a busca de alternativas de desenvolvimentos para a região. Estes movimentos sociais de grupos de trabalhadores organizados atualmente já produzem realidades, ora contestadoras, ora conciliadoras, mas que se mostram capazes de engendrar outras dimensões à luta pela auto-sustentação, sobretudo, quando as questões ambientais de suas reivindicações estão sendo capitaneadas pelo circuito mundial dos movimentos ambientalistas e ecologistas.

Portanto, no momento, as lutas dos movimentos de trabalhadores organizados e o respaldo das políticas oficiais do atual Governo do Estado do Acre (sob o *slogan* de “Governo da Floresta”), ao que tudo indica, demonstra que estamos no princípio de um novo momento da fronteira. Então perguntamos, mas que momento pode estar sendo gerado na produção desta fronteira? Este pode ser o momento de afloramento de novas condições de *alteridades* sociais que se territorializam sob práticas diversas, em possibilidades distintas na qual se confrontam e até se complementam forças capitalistas e camponesas locais. Nisso vemos possibilidade de, em escalas distintas (do local ao global), termos a realização de tais processos numa produção contraditória e ampliada do capital, em sua realização na Amazônia-acreana.

Por outro lado, é aí que também se apresenta a condição de *ser* “fronteira do capital” com a “frente tecno-ecológica” que se corporifica com as tomadas de posições em prol do “desenvolvimento sustentável” (são os vetores tecno-ecológico como caracteriza **Becker**, 1997). Tais condições, não vem como propostas geradas pelos movimentos sociais locais, mas pelas sobreposições que lhes fazem as forças hegemônicas da burguesia mundial, com respaldo em parte da elite local, e até cooptando, em muitos casos, organizações sociais na execução de seus projetos.

Cabe salientar que a questão de estarmos vivendo num momento em que a tecnologia aparece como condicionante para novos padrões de desenvolvimento, não significa que este “vetor” (BECKER, 1996, 1997) por si só é explicativo da situação. É preciso que

tenhamos convicção de que o entendimento deste novo momento da fronteira na Amazônia-acreana, passa pela compreensão da reprodução de suas forças produtivas. Isso, sobretudo, pelo modo de produção (que não é exclusivamente econômico, mas também social, cultural, político), que na realidade é quem produz e se apropria da tecnologia a seu dispor para colocá-la na produção de mercadorias. Não é tecnologia que gera o capital, mas o capital que gera a tecnologia, dispondo-a para sua reprodução⁴.

Com este recorte temporal/espacial podemos passar à apreensão territorial do que vimos designando como *Amazônia-acreana*.

U'

⁴ - **Gonçalves** (2001), referindo-se ao significado da super valorização que atribui à tecnologia, nos alerta para que a técnica não pode ser vista desassociada do campo da política como se pudesse existir alguma relação de poder destituída de meios que as tornem mais ou menos eficazes. As técnicas não se restringem à relação homem-natureza. A questão, então não se trata de entender a tecnologia como uma força motora, mas qual a força motora que gera e move a tecnologia. Daí, podemos compreender o sentido de uma frente capitalista que se fundamenta no desenvolvimento de tecnologia voltada para o aproveitamento de recursos naturais (potencial natural vegetal e mineral) e ambientais (conhecimentos, saberes e força produtivas locais) amazônicos.